

Políticas de identidade Guarani Mbya: as tradições, o campo semântico e o regime de índio a partir das experiências na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã¹

Monique Rodrigues de Carvalho (IFRJ)

Resumo:

O presente artigo pretende apresentar, a partir das experiências obtidas na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã, localizada no município de Maricá no estado do Rio de Janeiro, como se constrói a identidade Guarani Mbya, tendo em vista um contexto no qual o processo de territorialização se constrói em um misto de negociações e conflitos locais. O artigo pretende apresentar as premissas clássicas sobre o termo etnicidade tendo-se como referência a ideia de como ela é construída a partir de suas tradições e possibilidades estabelecidas pela conjuntura histórica na qual os grupos se encontram, compreendendo-se como as diversas interações estabelecidas pelo grupo o constroem, para então se pensar como esse processo se desencadeia no caso em questão, a partir de exemplos práticos obtidos em pesquisa etnográfica, trazendo para a discussão alguns exemplos etnográficos que refletiram conceitos como campo semântico (VALLE, 1993), regime de índio (GRUNEWALD, 1999; 2002) e política de identidade (PERES, 2003; 2004).

Palavras-Chave: Políticas de Identidade; Guarani Mbya; Regime de índio; Campo Semântico

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

A aldeia Ka'Aguy Hovy Porã compõe uma área de aproximadamente 93 hectares localizada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. A aldeia é formada a partir de 2013, fruto do deslocamento de famílias que ocupavam o bairro de Camboinhas, região litorânea da cidade de Niterói/RJ, para Maricá a convite do prefeito em exercício, Washington Quaquá, do Partido dos Trabalhadores (PT). O grupo vem para Maricá e passa a ocupar a região concedida pela prefeitura dentro da extensa Área de Proteção Ambiental do município. Desde então, diversas questões ressurgem no que diz respeito aos conflitos inerentes a esta ocupação e estratégias estabelecidas pelo grupo para se manter no local. Durante o acompanhamento da pesquisa era evidente a pressão sofrida pelo grupo, seja por parte da população local seja por pessoas ligadas ao poder público e a empresa IDB Brasil que reivindicava o espaço ocupado pelo grupo, que questionavam desde a legitimidade de sua ocupação até a legitimidade de sua própria identidade indígena. O artigo focará nas formas de organização construídas pelo grupo para se estabelecer no local, neste diálogo travado entre expectativas internas e externas, em um contexto no qual a luta pela terra transforma-se em múltiplas estratégias que compõem a construção da identidade indígena na contemporaneidade. O texto se debruçará na formação da política de identidade Guarani Mbya, a partir de alguns eventos selecionados para análise, fruto das experiências obtidas na minha pesquisa de doutorado (CARVALHO, 2021) e eventos posteriores para se pensar sobre os conceitos elencados de regime de índio, campo semântico e política de identidade, como já mencionado acima.

Políticas de identidade Guarani Mbya: as tradições, o campo semântico e o regime de índio.

Tendo-se como referência o debate antropológico sobre etnicidade, embasando-se na ideia de como ela é construída a partir de suas tradições e possibilidades estabelecidas pela conjuntura na qual os grupos se encontram, compreendendo-se como as diversas interações no grupo o constroem, torna-se relevante se pensar como esse processo se desencadeia no caso em questão, trazendo para a discussão alguns exemplos etnográficos que refletiram conceitos como campo semântico (VALLE, 1993), regime de índio (GRUNEWALD, 1999; 2002) e política de identidade (PERES, 2003; 2004).

Um dos pontos focais do trabalho de Rodrigo Grunewald está na compreensão de como se criam as tradições indígenas e como esses traços construídos são apresentados em espaços que solidificam a tradição étnica Pataxó, compreendendo como essa identidade é elaborada a partir destas tradições e se constroem tendo-se como base múltiplas referências englobando aspectos locais e globais em sua concepção. Sendo assim, "(...) ser índio é um “trabalho”, o de criar uma práxis indígena, um *regime de índio* na aldeia a partir de buscas de elementos culturais dentro e fora dos limites do grupo étnico” (GRUNEWALD, 1999, p.15).

Em outro texto também desenvolvido sobre o tema, Rodrigo Grunewald diferencia momentos com processos de territorialização distintos entre os Pataxós. O momento de desenvolvimento turístico que integra os indígenas a um mecanismo produtivo capitalista de produção de uma ordem cultural é o foco do seu trabalho. O primeiro momento histórico trabalhado se dá com a chegada dos portugueses, que se resume em um processo massivo de territorialização, na qual a identidade indígena foi suprimida. O autor identifica uma mudança nesta fase com a fundação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1961, incluindo neste contexto a luta dos indígenas para conseguirem reocupar a região. O parque faz referência histórica ao descobrimento do Brasil, trabalhando fortemente com este imaginário. A estratégia neste momento foi a manutenção da identidade indígena e não a sua incorporação, como fica evidente no fragmento a seguir:

Este momento se mostra importante e positivo na medida em que os índios, apesar de todas as dificuldades, continuam querendo ser índios ao invés de se integrar totalmente ao desenvolvimento regional. É a partir dessa escolha de permanecer índio e na luta para conseguir isso no âmbito desse fluxo colonial que surge a necessidade de criar um *regime de índio* (Grunewald, 2001) para representação da *indianidade* (Oliveira, 1988) nas amplas arenas políticas que se estabelecem (GRUNEWALD, 2002, p.7).

Mudanças que aconteceram nas cidades do extremo sul da Bahia (como a expansão da BR 101 e a criação do parque) passam a atrair novas pessoas para a região. Estas transformações acarretam um novo contexto que veio a influenciar um novo desenvolvimento da etnicidade pataxó, que passa a ser produzida frente à produção cultural acalentada pelo turismo. “O foco está num tipo de etnicidade-para-turismo no qual culturas exóticas figuram como atrações chave com esforços dos nativos para satisfazer a demanda turística, para “go-native-for-tourists”” (GRUNEWALD, 2002, p.

9). Para o autor e as referências que ele se utiliza, esse turismo gera, em partes, proposições determinísticas como na primeira fase de colonização.

Essa concepção de como as identidades se reconstróem em um processo dinâmico, no qual a conjuntura social e política é parte inerente, coloca em xeque a ideia de continuidade histórica com sociedades pré-colombianas, assim como mostra João Pacheco de Oliveira, quando reflete que a “(...) única continuidade que talvez possa ser possível sustentar é aquela de, recuperando o processo histórico vivido por tal grupo, mostrar como ele refabricou constantemente sua unidade e diferença face a outros grupos com os quais esteve em interação”. (OLIVEIRA, 1994^a, p.123 apud GRUNEWALD, 1999, p.45).

O autor relata que o desenvolvimento do turismo em Caraíva está atrelado à ampliação do sentimento de pertencimento étnico, desenvolvendo a ideia de que eles "passaram a ser índios", segundo muitos comerciantes do local. O fato é que muitos autodeclarados caboclos voltam a se declararem como índios com a potencialização da conjuntura que se torna favorável a esta reivindicação. Nesse processo, fica evidente a construção de representatividades e história a partir de aspectos da memória, selecionando-se elementos que devem ser colocados como autênticos representantes histórico-culturais. Assim como a cruz que representa o ponto de descobrimento do Brasil (que não há evidências de sua legitimidade histórica), também os Pataxós se tornaram os índios do descobrimento. Essas relações evidenciam, segundo o autor, como essas legitimidades são construídas.

Se uma memória — mesmo que fictícia — dos “troncos” (passada através das gerações) é evocada como legitimadora da sua identidade contínua como povo desde a época do descobrimento, é essa conjunção que vai configurar uma história de uma tradição Pataxó que passará a fazer parte da cognição principalmente das novas gerações que se iniciam a partir da ocupação da Coroa Vermelha. Cognição esta que, depois de estruturada (certeza de grande parte dos índios de que eles são, de fato, os *índios do descobrimento* — o que parece bastar para reconhecê-los como tais), passa a ser a pedra de toque para uma justificativa do seu reconhecimento como população étnica com direitos de acesso àquela terra e com status de “povo testemunho” (GRUNEWALD, 1999, p.155-156).

Com a comemoração dos 500 anos do descobrimento, os pataxós viriam a receber diversos visitantes indígenas e não indígenas, o que gerou a pressão para a formação de sua tradição como povo testemunho, construindo-se as representações que apresentariam seus aspectos culturais com traços de autenticidade. Assim, “(...) os Pataxó da Coroa Vermelha começam a se organizar para representar *sua tradição* de

“povo testemunho”. Os ensaios de Toré, além do Auê, começam a ficar mais frequentes e quase obrigatórios" (GRUNEWALD, 1999, p.173-174).

Os pataxós saem, em partes, desta posição de desprestígio que a história de sua ocupação regional evidencia. Como precisam parecer autênticos, eles implementam o regime de índio, que seria justamente a construção de uma identidade legítima pataxó, na qual alguns elementos passam a ser considerados em detrimento de outros, sendo “(...) uma orientação seletiva, a partir das correntes culturais em fluxo translocal e de suas contradições e dos seus “parentes” (índios em geral), para o que deve e o que não deve entrar como elemento constitutivo de uma determinada tradição." (GRUNEWALD, 1999, p.196). O autor evidencia neste processo como a visão do outro influencia nesta construção do regime de índio:

Os brancos, em geral, acham que os índios não guardam mais nem “uma cultura” (ou tradições), nem “um modo de vida” típicos (embora os percebam como diferentes, inclusive dos nativos) e que os brancos teriam interesse maior por um índio Pataxó “mais exótico”, e que “perdem o interesse” depois que entram atualmente em contato com eles. Talvez a uma necessidade de uma melhor interação no que diz respeito a satisfazer às expectativas dos brancos que os índios — como se sabe, dependentes economicamente do turismo — passam a querer se firmar num *regime de índio Pataxó* e se tornarem cada vez mais “típicos” aos olhos dos brancos e talvez para si mesmos — o que seria tornarem-se consumidores de sua própria cultura (GRUNEWALD, 1999, p. 209).

O autor vai esmiuçando os elementos que compõem o regime de índio, nesta reorganização étnica impulsionada pelo turismo tais como: desenvolvimento de uma língua pataxó, produção de artesanato, formação de danças e concessão de nomes indígenas. Todo o desencadeamento apresentado pelo autor nos leva à compreensão da construção dos traços culturais autênticos e relevantes na construção do que viria a ser o regime de índio em uma "(...) atualização prática e simbólica de suas tradições geradas para interação em amplas arenas culturais e independentes de um “regime tutelar” [Oliveira, 1988]) que posiciona uma *indianidade* Pataxó como relacionada diretamente à inserção desses índios em modernas arenas turísticas" (GRUNEWALD, 1999, p. 320).

Alguns aspectos desta construção foram trabalhados para se pensar nas ações que são desenvolvidas no intuito de engendrar legitimidade à ocupação dos Guarani Mbya de Maricá, já que neste caso o turismo também possui forte presença, sendo uma das motivações do convite realizado pela prefeitura para que o grupo fosse ocupar a área que hoje compõe a aldeia Ka’Aguy Hovy Porã. Neste sentido, os Guaranis não podem

ser considerados como um grupo estático, visto que a partir dos autores levantados neste trabalho se considera que eles, assim como todos os grupos sociais, também constroem tradições. Como a construção da etnicidade e sua manifestação a partir das tradições que lhe acarretam legitimidade se dão a nível discursivo? No intuito de se promover uma reflexão a respeito destes aspectos constitutivos, torna-se necessário uma discussão acerca da construção do campo semântico da etnicidade, estabelecendo um elo com os diversos grupos sociais que atuam nesta formação. Para uma reflexão sobre esse assunto, será apresentado o trabalho de Carlos Guilherme do Valle sobre os grupos Tremembé do Ceará.

Em um trabalho sobre os indígenas da etnia Tremembé, localizados no Vale do Aracá, litoral oeste do Ceará, o autor identificou nos três espaços estudados (Almofala, Varjota e São José/Capim Açú) a formação de situações étnicas distintas. Carlos Guilherme foca a sua análise no que viria ser a construção do campo semântico, dando ênfase às consolidações discursivas em que a etnicidade se estabelece, não apenas no sentido que o grupo, no caso os Tremembé, tem dela, mas na própria interação, no qual os diversos grupos em seus contatos interétnicos geram esse campo reflexivo, sendo estes aspectos fundamentais nesta definição. Nas palavras do autor:

Pretendo distinguir metodologicamente as fronteiras étnicas e a construção da etnicidade. Apoio-me nas considerações seminais de Barth no sentido de compreender que o nível de efetividade da diferenciação étnica por meio de fronteiras se daria por processos de auto-atribuição e identificação. No entanto, a etnicidade poderia se construir noutro nível, seguindo Oliveira (1987a e 1991). Abner Cohen (idem:x) e Cardoso de Oliveira (idem:88-99) apontam também para as construções mentais, os aspectos simbólicos e inconscientes que se apresentam na etnicidade. Nesse sentido, ideologias, concepções culturais, narrativas orais e histórias, imagens sociais, constituem elementos e planos culturais fundamentais para que a compreendamos. Acabei dando prioridade aos níveis discursivos em que ela se verifica, sobretudo as formas semânticas que se encontra. A etnicidade poderia ser tratada, então, como um campo reflexivo e problemático que se constrói, repetindo Cohen (idem) na “interação entre grupos culturais” e étnicos numa mesma situação histórica (VALLE, 1993, p.2).

O autor também identifica certa descrição histórica elaborada, na qual a ideia de aculturação é comumente associada aos indígenas do nordeste, sendo amplamente pensado a sua inserção na sociedade nacional, mais do que seu reforço étnico, havendo então certa dificuldade de se analisar os indígenas do presente em suas estratégias de construção de etnicidade atuais. Carlos Guilherme do Valle decidiu por procurar as manifestações nas quais essa etnicidade estava demarcada, sendo ela a prática do Torém,

uma dança considerada símbolo importante dos Tremembé. Na Almofala, primeiro local pesquisado pelo autor, o grupo organizava-se “(...) no ritual do *torém* que cumpria, ao mesmo tempo, funções diacríticas e políticas. A prática missionária vinha contribuindo para que a mobilização étnica se dimensionasse num alcance político mais preciso, fato que inexistia até meados dos anos 80” (VALLE, 1993, p.73).

Partindo para o segundo local estudado, Varjota, percebia-se uma forte mobilização étnica. A comunidade se compõe frente ao conflito com a empresa Ducoco. Neste caso, obtêm-se uma ideia importante para o trabalho em que se pretende discutir a questão da etnicidade: a premissa de que o conflito pode gerar um reforço positivo na constituição do grupo, evidenciando-se traços de coesão e força da união para combater o antagonista externo. Muito se discute como os mecanismos de poder geram assimilação e apagamento das identidades étnicas, contudo é igualmente importante se pensar como que estes mesmos mecanismos de poder podem vir a impulsionar uma organização do grupo que acarrete justamente o oposto do que se pretende: a organização grupal em seu reforço étnico e criação de estratégias que possam ser lançadas na trama política de obtenção de direitos sociais.

A partir das diferenças identificadas pelo autor nos locais estudados, como então seria possível se pensar na constituição de uma etnicidade Tremembé? Para o autor, esta construção passa a ser possível quando se apreende justamente os elementos que compõem o campo semântico em sua reprodução por meio de ideologias e tradições que transpõem o senso comum indo além das clivagens apresentadas pelos espaços em questão.

Assim, os fatores sociológicos e históricos que definiram a particularidade de cada situação Tremembé devem ser vistos transversalmente, noutra dimensão, já discutida, a das fronteiras e das mobilizações étnicas que se fizeram, e que veio afetar a construção da etnicidade por parte dos Tremembé. Ao nível semântico e das estruturas de significação, é preciso levar em consideração as similaridades estruturais que ocorrem nas três situações e, ainda mais, a possibilidade do compartilhamento dos mesmos valores, representações, símbolos e imagens com os vários grupos sociais que habitam e se relacionam com os Tremembé, inclusive os antagonísticos (VALLE, 1993, p.154).

O autor investiga o campo semântico a partir destas relações estabelecidas e como elas fortalecem ou enfraquecem fronteiras étnicas e quais semânticas são acionadas para tal. Para o autor, existem múltiplas formas discursivas a partir de diversos modos de interpretação elaborados pelos atores do lugar em questão que

compõem o campo semântico, que se colocam de diversas maneiras e que devem ser apreendidos pelo pesquisador, porque justamente estas formas criam “(...) um horizonte discursivo e simbólico no qual os diversos atores sociais conseguem entender, descrever e interpretar, por processos estruturados ao nível consciente e inconsciente, a vida social, os fatos e fenômenos sociais, como também as suas próprias ações e as práticas de outros atores e agentes, todos dotados de conteúdos originados na dinâmica das relações interétnicas” (VALLE, 1993, p. 157).

A partir do campo semântico era suscitada, então, esta abrangência e mesmo que houvesse definições marcadas pela diferenciação de cada grupo, existiam também elementos que unificavam de certa maneira a formação de uma etnicidade Tremembé. Dependendo do contexto, os atores favoreciam determinados traços e discursos em detrimento de outros. “É esse processo coletivo de escolha, difusão e interpretação de valores, categorias e símbolos, em contraste com outras interpretações, que implica uma política das representações, verificável na dimensão social das relações interétnicas” (VALLE, 1993, p. 157). O trabalho de Carlos Guilherme do Valle favorece esta reflexão proposta no trabalho pelo fato do autor ter buscado outros níveis da construção da etnicidade, no caso o campo semântico, compreendendo a multiplicidade de seus significados num perspectiva situacional e não reificadora desta construção. Estar atento a esses elementos discursivos da sua construção é importante para um trabalho em que se pretende analisar a etnicidade em sua profundidade, com suas contradições e conflitos impostos pelo grupo e pelo entorno.

Da mesma forma, as discussões sobre campesinato indígena, essa inter-relação entre dois termos que a princípio pareciam incompatíveis, também são relevantes assim como a constituição de uma política da identidade e como ela se estabelece em um contexto no qual o apagamento das identidades indígenas parecia prevalecer, sob a ótica da identidade cabocla. Para este propósito, sobre a discussão destes termos, juntamente com as condições históricas que possibilitaram a formação de uma nova etnicidade na cidade de Barcelos, no Baixo Rio Negro amazônico, serão trazidas as contribuições de Sidnei Clemente Peres (2003; 2004; 2018; 2019).

Sidnei Clemente Peres traz para o cerne da discussão a utilização do conceito de campesinato indígena e como esta questão foi vista de forma incompatível por um determinado ramo da antropologia. A formação de dois temas de total relevância para a disciplina (relações camponesas e indígenas) desenvolveram caminhos distintos e pouco diálogo houve entre essas áreas. Eduardo Galvão (1979) foi um dos poucos a apontar a

centralidade do processo de migração do Alto Rio Negro para locais de trabalho de extração de seringa (e outros produtos da floresta) para a compreensão das relações interétnicas no Médio Rio Negro. A categoria caboclo foi um dos cerne explicativos que davam conta desta categoria de indivíduos. Para Sidnei Peres e alguns estudos que o antecederam é fundamental esta retomada do conceito de campesinato indígena e que o mesmo funciona justamente para trazer a complexidade da situação apresentada. Para o autor, “os atores sociais ocupam diversas posições vivenciam múltiplas situações e adotam diferentes identidades concomitantemente ou consecutivamente. Por isso devemos articular categorias de análise e interpretação muitas vezes considerados inconciliáveis para entender estes arranjos empíricos complexos” (PERES, 2019, p.2).

Analisando as comunidades indígenas nesta configuração, Sidnei Clemente Peres constatou que as mesmas estão em "(...) constante fluxo, em redes de parentesco e trajetórias familiares vinculadas a estratégias de reprodução dos grupos domésticos. Entender a ocupação tradicional neste contexto interétnico é possível através de uma etnografia das comunidades em fluxo, em rede e horizonte histórico abrangente” (PERES, 2019, p.16). Realizando uma pesquisa sobre a associação indígena de Barcelos, o autor, contrariando as ideias de assimilação e perda de traços culturais, analisa o processo de emergência deste grupo em reivindicações de sua etnicidade.

Tratando-se da cidade de Barcelos, suas transformações e condições que estabeleceram a emergência de uma etnicidade indígena, é importante compreender a dinâmica da cidade que envolve o ciclo da borracha e as migrações relacionadas ao regime de aviamento. Houve com esse processo um grande contingente imigratório para a cidade, envolvendo muitos indígenas oriundos do Alto Rio Negro. Com a crise da economia extrativista e a formação de um expressivo número de jovens indígenas escolarizados e inseridos na vida urbana, muitos destes jovens e antigos trabalhadores se estabeleceram na cidade de Barcelos. Alguns retornaram depois ou ficavam por conta destes motivos acima ou pelo processo de endividamento. O município sempre foi considerado pela elite local como uma sociedade cabocla, não havendo o reconhecimento de um perfil indígena em sua configuração. É neste momento que se observa o processo de etnização desencadeado por este campesinato local. “A memória oficial de Barcelos, eternamente ressentida pelo fato de ter perdido a condição de capital da Amazônia ocidental, silenciava as experiências de migração e trabalho sob regime de aviamento tão marcantes nas trajetórias individuais e familiares indígenas” (PERES, 2018, p. 4).

O autor considera como fatores importantes nesta configuração a criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) em 1987, os processos de desenvolvimento econômico local com os conflitos ocasionados pelo uso dos recursos naturais, a Constituição de 1988 e seu reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Esses fatores fortaleceram o associativismo e o reconhecimento indígena na região gerando condições favoráveis para a constituição de uma política da identidade. “Ocorreu a culminância de um fenômeno de transformação do estigma da ancestralidade nativa em orgulho étnico, de recuperação moral da etnicidade indígena como elemento positivo nas condições de reconhecimento social” (PERES, 2018, p.5) Há, então, toda uma construção do campo semântico da etnicidade.

Em torno dos encantados, matis, maquiritares, curupiras e brancos, forças perigosas e potencialmente destrutivas com as quais os humanos interagem, emergem representações sobre o passado e o presente, sobre ‘tradição’ e ‘modernidade’, ‘indianidade’ e ‘civilização’, cuja dinâmica de articulação configura as categorias espaciais interdependentes de ‘floresta’, ‘aldeia ou maloca’, ‘povoado ou comunidade’ e ‘cidade’ no imaginário interétnico regional (PERES, 2004, p.13).

O autor apresenta, então, esses elementos complexos de construção da etnicidade, levando-se como referência múltiplas origens que ao serem trabalhadas isoladamente podem parecer opostas ou contraditórias entre si. Mas, segundo sua perspectiva, são justamente esses múltiplos referenciais que trazem a construção da etnicidade na contemporaneidade e é a esta configuração que o antropólogo deve se atentar. Sidnei Peres se pergunta como surge um movimento de reafirmação étnica em um contexto hegemonicamente branco, no qual a ideia de índio puro e original está relacionado a um passado de selvageria e atraso. Ao mesmo tempo, o presente, ao passo que têm-se a “civilização” também é encarado como um momento sem regramento e sem o estabelecimento de leis, que ocasionam desordem e caos, “(...) e a cidade é a sua tradução espacial e por isso lugar perigoso onde os homens estão sob constante risco de serem atacados pelos encantados. Daí a necessidade dos pajés e rezadores, pois são eles que costuram constantemente os rasgos feitos pelos homens no tecido social e cosmológico (Reichel-Dolmatoff 1976).”(PERES, 2004, p.19).

Se no Alto e no Médio Rio Negro o movimento indígena se consolida a partir de demandas pela demarcação de terras, no Baixo Rio Negro ele se consolida a partir de um movimento dos indígenas moradores da cidade por melhores condições de vida e

comercialização de seus produtos. De tal modo que o processo de reafirmação étnica foi fundamental. Neste contexto que surge a formação de uma política de identidade.

A ancestralidade foi uma referência recorrente neste novo cenário de visibilidade e reformulação da indianidade. O momento foi marcado por manifestações contundentes e sinceras de apego às tradições. Não podemos pensar, portanto, que eram apenas esforços calculados de manipulação de elementos culturais reificados para encaminhar demandas por recursos materiais e simbólicos, mas também como práticas historicamente situadas de domesticação do estranho, reformulação de identidades e de percepções cotidianas sobre autenticidade e ancestralidade étnicas. Ideologia e ontologia étnicas não são planos da consciência separados tão radicalmente, mas entrelaçados e mutuamente determinantes (PERES, 2004, p.23).

Analisar os termos da política de identidade foi fundamental neste contexto, fortalecendo a ancestralidade étnica, possibilitando os campos de luta e atuação por demandas de direitos. “No caso de Barcelos isto significou impor um jogo cujas regras não são dominadas e compreendidas pelos ‘donos do poder’ local” (PERES, 2004, p.25). Outro dado importante trazido pelo autor é o que diz respeito à categoria caboclo e como ela era entendida na construção deste campo semântico da etnicidade. Para Sidnei Clemente Peres, ela trazia um ordenamento consolidado em um mundo organizado por brancos, sem por isso promover um apagamento das etnicidades específicas. Ela, em oposição à convivência no mundo dos “índios verdadeiros”, orientava a auto atribuição dos indígenas no mundo dos brancos mostrando que estes podem se adaptar às ações estabelecidas neste contexto urbano onde a apropriação técnica dos saberes da civilização faz-se necessária.

Como os autores podem auxiliar na análise do caso Guarani Mbya em Maricá? Como neste contexto de conflitos territoriais e negociações constantes com o poder público e população local a identidade é construída e apresentada? Essas questões serão trabalhadas no tópico a seguir.

A aldeia e os seus eventos

Uma das principais formas de contato da aldeia com a população local e entorno, dizem respeito aos eventos locais, tanto organizados pelo grupo, quanto àqueles em que o grupo é convidado para apresentar a temática indígena. Essas vistas e eventos são interessantes para compreensão da forma como o grupo formula suas tradições e geram

seus traços de identidade, levando-se em consideração os pontos levantados como autênticos, que interagem com o que o grupo formula e o que é esperado pelos de fora. Neste ponto, as contribuições teóricas sobre as tradições e como elas atuam na construção da etnicidade, do regime de índio e das políticas de identidade, como apresentado acima, foram de grande valia para a análise em questão.

Os eventos e visitas guiadas organizados pela aldeia estabelecem uma forma de, além de movimentar a economia local, também fortalecer o contato do grupo com a população tanto da cidade de Maricá como de municípios vizinhos, momento também de importante fortalecimento de parcerias estratégicas para a sua manutenção. Durante a pesquisa, pude organizar a visita do Colégio Estadual Pedro Fernandes, localizado no bairro do Jardim América da cidade do Rio de Janeiro, à aldeia. Na visita, o grupo pode ouvir a palestra de alguns integrantes, terem acesso aos artesanatos produzidos na aldeia, além da realização de pinturas e atividades indígenas (como o arco e flecha e a corrida com tora) e caminhada pelos diversos espaços do local.



Essas atividades são recorrentes desde o momento inicial de contato com a aldeia. É frequente tanto a organização de ida de alunos dos colégios do município e cidades próximas quanto a abertura de atividades em dias determinados que são

² Artesanatos Guarani Mbya. Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto de março de 2018.

divulgadas nas redes sociais para a inscrição de grupos e pessoas interessadas, como pode ser observado no card de divulgação abaixo:

Imersão na cultura Guarani Mbya

A aldeia mata verde bonita convida a todos para passar um dia conosco, podendo ter um olhar interno do nosso dia a dia

Atividades inclusas

- ✓ comidas típicas
- ✓ prática de arco e flecha
- ✓ tour pela aldeia
- ✓ apresentação do coral
- ✓ corrida com tora
- ✓ Cabo de guerra
- ✓ palestra sobre a aldeia
- ✓ Pintura corporal*

Entre em contato para mais info e valores
Amarildo Vera Yapua

21 98130-9879

*pintura corporal cobrada a parte

Aldeia mata verde bonita
Mafica, RJ

MAIO, 2023
27

Além dos eventos organizados pelos integrantes da aldeia, também há a organização de eventos com o apoio da prefeitura, principalmente ligado a datas comemorativas da temática indígena, como é o caso do dia 21 de abril. Neste mês houve duas edições da Jornada Esportiva que contou com a participação de diversas aldeias Guarani Mbya de São Paulo, Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Neste ano, o evento contou com o apoio de diversas iniciativas municipais e federais o qual culminou na organização de uma grande Festa na Aldeia, ocorrida de 19 a 21 abril, que contou com a

³ Foto disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=821244749389736&set=a.618267676354112> (Visitado em 14/07/2021).

participação de diversas representações indígenas de visibilidade nacional, como a cantora Kaê Guajajara, Owerá, DJ Cris Pantojja, além da participação de manifestações culturais produzidos na própria aldeia: o Coral Indígena da Aldeia Mata Verde Bonita⁴ e a banda de forró Moleques da Pisadinha.



O Coral da Aldeia Mata Verde Bonita é uma das principais formas de apresentação da aldeia para os visitantes, tendo sido a atração de abertura do evento. O coral também recebe convites frequentes para apresentações em eventos externos.

⁴ O termo refere-se a tradução de Tekoa Ka'Aguy Hovy Porã para o português.

⁵ Foto disponível na página da Aldeia Mata Verde Bonita do Instagram, através do link https://www.instagram.com/p/C41o34fOd0h/?img_index=1 (visitado em 15/07/2024).



6

A banda de forró Moleques da Pisadinha também possui apresentações frequentes, tanto nos espaços da aldeia como em espaços de forró organizados pela cidade, mostrando que a organização coletiva cultural do grupo transpassa os traços comumente esperados da construção da identidade indígena.

⁶ Foto disponível na página da Aldeia Mata Verde Bonita do Instagram, através do link <https://www.instagram.com/p/C5GmW3cOWHu/> (visitado em 15/07/2024).



Neste mesmo caminho pode-se pensar com relação ao futebol, atividade de grande importância para a aldeia e seu contato com o entorno ou com outras aldeias que também organizam seu time em um grande campeonato. Os jogos também estavam presentes na programação do evento.

⁷ Foto disponível na página da Aldeia Mata Verde Bonita do Instagram, através do link <https://www.instagram.com/p/C5TLFIVOKYc/> (visitado em 15/07/2024).

A CELEBRAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA TERÁ COMO TEMA PRINCIPAL "CULTURA E SUSTENTABILIDADE" E CONTA COM ATRAÇÕES MUSICAIS COMO OWERA E KAË GUAJARA. ALÉM DISSO, O EVENTO INCLUIRÁ COMPETIÇÕES DE ESPORTES INDÍGENAS E UM TORNEIO DE FUTEBOL ENTRE ALDEIAS CONVIDADAS, PROPORCIONANDO ASSIM UM AMBIENTE IDEAL PARA UMA IMERSÃO COMPLETA COM A CULTURA.

8

A partir dos exemplos apresentados neste artigo, seja pelos autores escolhidos ou pelos exemplos do próprio trabalho de campo em questão, percebe-se uma multiplicidade de estratégias localizadas em contextos diversos que engendram modos de ação particulares, fortalecendo políticas de identidade específicas atuantes em contexto. Cada grupo promoverá em seu processo de territorialização uma ação positiva sobre o espaço, na construção de discursos e construções étnicas diferenciadoras, sendo um processo perpassado por um misto de conflitos e negociações.

Conclusão

O caso analisado neste artigo evidencia aspectos que se aproximam dos exemplos teóricos apresentados já que, na formação dos eventos e atividades apresentadas pelo grupo se vê relacionada a sua articulação política e cultural com os

⁸ Foto disponível na página da Aldeia Mata Verde Bonita do Instagram, através do link https://www.instagram.com/p/C41o34fOd0h/?img_index=3 (visitado em 15/07/2024).

múltiplos grupos e atores (incluindo o Estado) em um processo dinâmico de organização, ação e resposta às demandas produzidas, tendo que se colocar frente aos desafios apresentados pela conjuntura local. No caso em questão, a ocupação e permanência do grupo em Maricá teve relação direta com a interferência do Estado, neste caso o convite do Prefeito e apoio concedido à ocupação. Outro aspecto que se percebe a partir da saída do grupo de Paraty, sua tentativa de permanência em Camboinhas até a chegada em Maricá é que a ideia da imemorialidade ainda perpassa nas argumentações presentes seja da população local, que coloca a ilegitimidade da ocupação, seja do grupo em questão que sabendo desta necessidade de legitimação recorrem a estratégias de consolidação de sua ocupação, na qual é formada a uma política de identidade e regime de índio apresentado nos eventos produzidos na aldeia.

Pretende-se focar na análise do grupo enquanto a constituição de sujeitos políticos em constante processo de reformulação de sinais diacríticos para se estabelecer na arena política, sendo indígenas atuantes no jogo e constituição do seu processo de territorialização. Como eles se estabelecem naquele contexto? Como dimensionam essa ocupação e seu processo de territorialização, respondendo e ressignificando demandas internas e externas? Como a constituição de uma política de identidade e de um regime de índio são alinhavados a partir dos conflitos engendrados pela conjuntura local e constituição de seu campo semântico? Para os autores que concernem o centro deste trabalho o grupo não é passivo diante disso, operando e atuando de forma ativa com que existe no jogo complexo desencadeado na conjuntura local, sendo importante mostrar as regras do jogo que estão em pauta e os argumentos e ações que estão sendo construídos, esmiuçando e desconstruindo esses discursos e ações, para que assim se possa analisar os conflitos e atores em questão.

Bibliografia

CARVALHO, Monique Rodrigues (Tese de Doutorado). “Índios Petistas” em Maricá? Conflitos, estigma e estratégias de territorialização na aldeia Guarani Mbya Ka’Aguy Hovy Porã. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 2021.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. (Tese de Doutorado). Os ‘Índios do Descobrimento’: tradição e turismo. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Os Pataxó e os fluxos coloniais In: XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2002.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PERES, Sidnei Clemente. Política da Identidade: Associativismo e movimento indígena no Rio Negro. Manaus: Editora Valer, 2013.

_____. Comunidade, campesinato indígena e subordinação da força de trabalho. RAM, 2019. Anais disponível em <http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/anais> Acessado em 18/05/2020.

_____. Cultura, política e identidade no Amazonas: o associativismo no Baixo Rio Negro.. Revista Antropológicas, Recife, v. 14, n.1 e 2, 2004.

_____. Antropologia, história e biografia: conflito, mudança e direitos indígenas no Rio Negro. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 2018.

_____. Comunidade, campesinato indígena e subordinação da força de trabalho: economias, territorialidades e conflitos no Médio Rio Negro. In: anais XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, 2019.

_____. A antropologia dos laudos é uma ciência que perturba? Atuação profissional e debate público sobre terras indígenas no Brasil. Trabalho apresentado no VI Congreso Asociación latinoamericana de Antropología. Modalidade virtual / 23 a 28 de novembro de 2020.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. (Dissertação de Mestrado) Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.